

Neoextrativismo mineral e interseccionalidade: percepções sobre serviços públicos e alocação da CFEM na Amazônia paraense

Larissa Alves¹

Daniel Silva²

Jéssica Costa³

Resumo: Este artigo analisa como a alocação da CFEM em Parauapebas (PA) se relaciona com as percepções de mulheres de baixa renda sobre serviços públicos, articulando referenciais sobre neoextrativismo e interseccionalidade. A metodologia combinou grupos focais e a análise da execução orçamentária (2022-2025). Os resultados mostram que, embora a CFEM seja representativa no orçamento, existem percepções generalizadas de precariedade em transporte, saúde, saneamento e educação. O artigo contribui ao evidenciar que o problema não reside apenas na magnitude da arrecadação, mas na alocação e no descompasso com a provisão efetiva, que aprofunda desigualdades interseccionais de gênero, raça e classe

Palavras-chave: CFEM; neoextrativismo; interseccionalidade; mineração; mulheres; desenvolvimento local.

Abstract: This article analyzes how the allocation of CFEM resources in Parauapebas (PA) relates to low-income women's perceptions of public services, drawing on neo-extractivism and intersectionality. The methodology combines focus groups and budget execution analysis (2022-2025). The results show that, although CFEM is significant in the municipal budget, there are widespread perceptions of precariousness in transportation, health, sanitation, and education. The article contributes by showing that the problem lies not only in the amount collected, but also in its allocation and mismatch with effective service provision, deepening intersectional inequalities of gender, race, and class.

Keywords: CFEM; neo-extractivism; intersectionality; mining; women; local development.

¹ Doutoranda em Desenvolvimento econômico pela Unicamp (UNICAMP). Mestra em Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Regional da Amazônia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (PPGPAM/Unifesspa). Graduada em Economia pela Unifesspa. EoF Academy Research Fellow.

² Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Unifesspa (FACE/Unifesspa). Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Regional da Amazônia (PPGPAM/Unifesspa). Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE/UFPA).

³ Doutoranda em Desenvolvimento econômico pela Unicamp. Mestra em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp. Graduada em Economia pela Unifesspa.

1. INTRODUÇÃO

A expansão da exploração de recursos naturais tem ocupado papel central nas estratégias de desenvolvimento de diversos países da América Latina ao longo do século XXI. Nesse processo, a intensificação da mineração voltada à exportação consolidou-se como um dos principais motores econômicos em diferentes regiões, ampliando a geração de riqueza e a arrecadação fiscal associada à exploração mineral (CEPAL, 2024, 2025). No Brasil, essa dinâmica tem sido particularmente expressiva na Amazônia, onde municípios minerados passaram a concentrar volumes significativos de receitas provenientes da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Entre esses casos, destaca-se Parauapebas, no sudeste do Pará, município que figura entre os maiores Produtos Internos Brutos (PIBs) da região Norte e entre os principais arrecadadores de CFEM do país (ANM, 2025).

Apesar dessa centralidade econômica, a literatura tem mostrado que a riqueza produzida pela mineração não se converte automaticamente em melhoria das condições de vida da população residente (Dehghani et al., 2023; Dibattista et al., 2023; Oliveira; Silva, 2025b; Silva; Mendes; Sousa, 2022). Em diferentes contextos, territórios minerados continuam apresentando desigualdades socioeconômicas, precariedade na provisão de serviços e infraestruturas públicas, impactos socioambientais e persistência de vulnerabilidades sociais. Esse contraste entre elevada riqueza e vulnerabilidades sociais é particularmente relevante no debate latino-americano sobre neoextrativismo. Essa abordagem permite compreender que o problema não se restringe à quantidade de recursos gerados pela mineração, mas ao padrão de especialização exportadora, à dependência territorial da renda mineral e às contradições sociais, econômicas e ambientais produzidas nos territórios extrativos (Burchardt; Dietz, 2014; Burchardt; Dietz; Warnecke-Berger, 2021; Gudynas, 2009; Svampa, 2019).

É nesse debate crítico que um campo crescente de estudos tem mostrado que tais contradições não se distribuem de forma homogênea no território. Estudos sobre mineração e gênero tem demonstrado que os impactos da atividade extrativa incidem de forma desproporcional sobre as mulheres, sobretudo por meio da degradação ambiental, da sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidado, do aumento da violência e da exclusão dos benefícios econômicos e dos espaços de decisão associados à mineração (Ibacache-Corante, 2024; Jenkins, 2014; Muñoz; Villarreal, 2019; Orihuela; Gamarra, 2019). Mais recentemente, alguns estudos têm destacado que esses efeitos se tornam ainda mais complexos quando analisados a partir da articulação entre gênero, raça e classe (Akgemci, 2024; Boudewijn et al., 2024; Cielo; Coba, 2018).

Apesar desses avanços, persistem lacunas importantes na literatura. A primeira se refere a pesquisas que investigam como mulheres de baixa renda percebem suas condições de vida em municípios marcados por elevada arrecadação de CFEM. A segunda refere-se à forma como a renda mineral é efetivamente alocada no orçamento público e em que medida essa alocação se aproxima das demandas sociais e das condições de vida dessas mulheres. No caso da Amazônia brasileira, essa agenda permanece pouco explorada, especialmente em municípios marcados por elevada arrecadação da CFEM, como Parauapebas.

Diante desse contexto, este artigo analisa, de forma exploratória, em que medida a alocação da CFEM no orçamento municipal se aproxima ou se distancia das percepções de mulheres de baixa renda sobre a provisão de serviços públicos em Parauapebas. Para isso, o estudo articula o debate sobre neoextrativismo, que permite compreender os limites redistributivos do modelo mineral, com a interseccionalidade, como lente analítica para compreender como desigualdades de gênero, raça e classe moldam as experiências vividas no território. Metodologicamente, combina grupos focais com mulheres residentes nas zonas urbana e rural e análise da execução orçamentária municipal.

Ao integrar análise orçamentária e percepções qualitativas, o artigo contribui ao mostrar que o desafio do desenvolvimento em territórios minerados não reside apenas na magnitude da arrecadação mineral, mas na capacidade de converter esses recursos em serviços públicos regulares e acessíveis. Argumenta-se, ainda, que o descompasso entre capacidade fiscal e provisão efetiva é vivido de forma desigual por mulheres negras e de baixa renda, revelando como a riqueza mineral pode coexistir com a reprodução de desigualdades interseccionais.

Além desta introdução e a conclusão, o artigo está organizado em cinco seções. A segunda apresenta os referenciais do neoextrativismo e da interseccionalidade, situando o debate teórico e os estudos empíricos que sustentam a análise. Em seguida, a terceira seção detalha a metodologia adotada. A quarta expõe os resultados dos grupos focais e, na sequência, examina a execução orçamentária da CFEM, identificando padrões de alocação da renda mineral e os descompassos com as percepções das participantes. A quinta seção discute esses achados à luz da literatura e dos resultados da pesquisa.

2. NEOEXTRATIVISMO E INTERSECCIONALIDADE: BASES CONCEITUAIS PARA A ANÁLISE

Para analisar como a alocação da CFEM no orçamento municipal se relaciona com as percepções de mulheres de baixa renda sobre os serviços públicos em Parauapebas, este artigo articula dois referenciais complementares: o neoextrativismo e a interseccionalidade. O primeiro permite compreender as contradições estruturais do modelo de desenvolvimento baseado na exploração intensiva de recursos naturais na América Latina, especialmente seus limites na conversão da renda mineral em melhoria das condições de vida nos territórios minerados. O segundo possibilita interpretar como essas contradições são vivenciadas de maneira desigual por mulheres situadas em posições de maior vulnerabilidade socioeconômica e racial.

Na América Latina, o conceito de neoextrativismo refere-se a uma nova fase do extrativismo, marcada pela exploração intensiva e pela exportação de recursos naturais com baixo nível de processamento industrial. Esse padrão inclui tanto atividades extrativas tradicionais, como a mineração, quanto a expansão de atividades agroexportadoras, como a monocultura da soja, e ganhou centralidade no início do século XXI, no contexto do boom das commodities e da intensificação de impactos sociais, econômicos e ambientais (Gudynas, 2009, 2012; Svampa, 2019, 2013). Esse padrão produtivo associa-se à reprimarização econômica, à expansão das fronteiras extrativas e à maior captura de renda pelos Estados por meio de tributos,

royalties e compensações (Burchardt; Dietz, 2014; Veltmeyer, 2022). No Brasil, um dos principais mecanismos de captação pública da renda mineral é a CFEM, que pode assumir grande relevância fiscal nos municípios minerados e naqueles vinculados à infraestrutura da mineração, ainda que não garanta, por si só, a conversão da renda mineral em melhores indicadores socioeconômicos, especialmente aqueles ligados à provisão de serviços públicos (Coelho, 2018; Enríquez et al., 2018; Oliveira; Silva, 2025a).

Esses limites dialogam diretamente com o debate mais amplo sobre o neoextrativismo, ao evidenciar que a exploração e a exportação de recursos naturais não geram necessariamente os efeitos positivos esperados sobre o desenvolvimento local. Ao contrário, mesmo quando a mineração resulta em PIB elevado e ampliação da arrecadação fiscal, como ocorre com a CFEM, seus benefícios podem coexistir com má gestão pública da renda mineral, pobreza, alto custo de vida, espoliação territorial, conflitos socioambientais e desigualdades sociais (Burchardt; Dietz; Warnecke-Berger, 2021; Huamanga-Chumbes, 2025; Oliveira; Silva, 2025a; Weinhold; Killick; Reis, 2013). No caso de Parauapebas, estudos recentes já evidenciam algumas dessas contradições, especialmente o contraste entre o elevado volume de recursos da CFEM e a permanência de vulnerabilidades sociais e precariedades na provisão de serviços públicos (Oliveira; Silva, 2025a, 2025b), cabendo ainda compreender como esses recursos têm sido alocados no orçamento municipal.

Essa contradição também se manifesta na forma desigual como os custos e benefícios da mineração são distribuídos entre diferentes grupos sociais. Embora a atividade mineral seja frequentemente apresentada como vetor de crescimento econômico, sua presença e expansão podem produzir e ampliar impactos econômicos, ambientais e sociais negativos, e aprofundar desigualdades já existentes (Oliveira; Silva, 2025a; Vargas; Osorno, 2016). Nesse processo, as mulheres são afetadas de modo particular, pois continuam assumindo, em grande medida, responsabilidades associadas ao trabalho doméstico, ao cuidado familiar e à reprodução cotidiana da vida (Brito, 2017; Jenkins, 2017; Puente, 2025; Telles et al., 2024). Estudos recentes também têm mostrado que essas desigualdades de gênero são atravessadas por raça e classe, o que torna a interseccionalidade (Collins; Bilge, 2021) uma lente analítica relevante para compreender como sexismo, racismo e desigualdades econômicas se imbricam na distribuição dos efeitos diretos e indiretos do neoextrativismo (Akgemci, 2024; Boudewijn et al., 2024; Cielo; Coba, 2018).

Esses efeitos interseccionais podem ser compreendidos através de alguns mecanismos abordados na literatura. Primeiro, a precariedade sanitária, a degradação ambiental e a insuficiência de serviços ampliam o trabalho reprodutivo das mulheres negras e pobres, que assumem maiores custos físicos, emocionais e temporais no cuidado com familiares, especialmente em contextos de adoecimento e vulnerabilidade socioeconômica (Cielo; Coba, 2018). Segundo, raça e território condicionam a exposição aos impactos do extrativismo, uma vez que mulheres racializadas e pobres tendem a viver em áreas mais afetadas pela degradação ambiental, pela ausência estatal e pela invisibilização política (Boudewijn et al., 2024). Terceiro, a configuração urbana de territórios minerados pode restringir a mobilidade, a segurança, o acesso a serviços públicos e a participação das mulheres, especialmente das mais pobres, nos espaços de decisão, reforçando sua exclusão social e territorial (Puente, 2025).

Em conjunto, esses estudos evidenciam que degradação ambiental, precariedade urbana, crise sanitária, racismo, pobreza e sobrecarga do trabalho reprodutivo se combinam de maneira específica em territórios extrativos. No entanto, ainda são poucos os estudos que articulam interseccionalidade, neoextrativismo, renda mineral e provisão de serviços públicos, especialmente em municípios minerados da Amazônia brasileira marcados por elevada arrecadação da CFEM. Essa lacuna é relevante porque a região ocupa posição central na mineração brasileira e tende a ganhar ainda mais importância diante da demanda por minerais críticos associados à transição energética (Milanez, 2021).

Essa questão torna-se particularmente relevante em contextos como Parauapebas, onde a abundância fiscal gerada pela CFEM poderia, em tese, ampliar a capacidade estatal de enfrentar desigualdades históricas e melhorar a provisão de serviços públicos. No entanto, a literatura sobre municípios minerados tem indicado que elevados níveis de arrecadação não necessariamente se convertem em melhores condições de vida para a população local, sobretudo para grupos socialmente vulnerabilizados, como mulheres negras e de baixa renda (Oliveira; Silva, 2025a). Nesse sentido, Parauapebas constitui um caso analiticamente relevante para investigar a relação entre renda mineral, alocação orçamentária, serviços públicos e desigualdades interseccionais.

Portanto, neste artigo, Parauapebas é um caso emblemático do neoextrativismo mineral brasileiro, e a articulação entre esse referencial e a interseccionalidade orienta a interpretação dos dados qualitativos e orçamentários. O primeiro referencial permite examinar os limites redistributivos da renda mineral, em especial, a capacidade da CFEM de se converter em serviços públicos regulares e efetivos. Já a interseccionalidade permite compreender como a precariedade desses serviços é vivida de forma desigual por mulheres negras e de baixa renda, cujas experiências são moldadas por gênero, raça e classe. Combinadas, essas lentes orientam duas dimensões analíticas exploratórias: (i) o descompasso entre arrecadação mineral e provisão pública efetiva; e (ii) a distribuição desigual dos efeitos desse descompasso entre grupos vulnerabilizados.

3. METODOLOGIA

3.1 Área de estudo

Parauapebas, localizado no sudeste do estado do Pará, constitui um caso particularmente relevante para este trabalho. O município surgiu no contexto de implantação do Projeto Grande Carajás (PGC), concebido durante a ditadura militar e lançado oficialmente em 1982, responsável por estruturar um amplo sistema de exploração, beneficiamento e escoamento mineral na Amazônia. Base das operações da então Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale, Parauapebas emancipou-se politicamente de Marabá em 1988 e consolidou-se, nas décadas seguintes, como um dos principais municípios minerados do país (Ab'Sáber, 2004; Monteiro, 2005; Trindade; Oliveira; Borges, 2015).

Atualmente, a dinâmica econômica municipal é baseada na extração e exportação de minério de ferro, manganês e níquel pela mineradora Vale, o que sustenta sua centralidade na economia mineral paraense e nacional. Parauapebas foi o maior arrecadador da CFEM no Brasil

(2004-2024) e apresentou elevado crescimento econômico nas últimas décadas (ANM, 2025; Comex Stat, 2024; IBGE, 2024). Entretanto, essa riqueza mineral e fiscal não se converteu automaticamente em melhoria geral das condições de vida, apresentando indicadores socioeconômicos negativos (Oliveira; Silva, 2025a, 2025b; Silva; Mendes; Sousa, 2022). Por isso, o município constitui um caso relevante para investigar como a renda mineral é alocada e em que medida se aproxima das percepções das participantes sobre serviços públicos.

3.2 Desenho da pesquisa

Este estudo adota abordagem qualitativa, de caráter interpretativo e exploratório, articulada a uma análise descritiva da execução orçamentária municipal. O objetivo não é estabelecer relações causais entre alocação da CFEM e qualidade dos serviços, mas explorar como a distribuição desses recursos dialoga com percepções de mulheres de baixa renda sobre a provisão pública em Parauapebas.

A pesquisa foi desenvolvida como estudo de caso, desenho adequado para examinar em profundidade um contexto marcado pela centralidade da mineração e pela coexistência entre elevada arrecadação fiscal e vulnerabilidade social. O grupo focal (Gatti, 2005) foi escolhido como técnica principal de coleta de dados por permitir captar percepções socialmente construídas sobre viver em um território minerador. Essa técnica possibilita observar como experiências e interpretações são formuladas, confirmadas e tensionadas na interação entre as participantes.

3.3 Coleta e análise dos dados qualitativos

As participantes foram selecionadas por amostragem intencional, considerando dois critérios de inclusão: (i) residir em Parauapebas há pelo menos dois anos; e (ii) pertencer a famílias de baixa renda. O convite foi realizado com apoio de lideranças comunitárias e redes locais, permitindo a participação de mulheres residentes tanto na zona urbana quanto na zona rural. Essa diferenciação territorial buscou ampliar a heterogeneidade dos relatos e evitar que os resultados ficassem restritos a um único contexto territorial, sem pretensão de análise comparativa sistemática entre os dois grupos.

A coleta de dados foi realizada por meio de dois grupos focais: um com mulheres residentes na zona urbana e outro com mulheres da zona rural. Os encontros ocorreram na primeira quinzena de julho de 2025, em espaços comunitários previamente acordados com as participantes, e tiveram duração média de duas a três horas. As sessões foram gravadas em áudio mediante consentimento prévio e posteriormente transcritas na íntegra. Para este artigo, a análise concentrou-se em dois eixos: percepções sobre viver em Parauapebas e acesso a serviços e infraestruturas públicas.

Também foi aplicado um questionário estruturado para caracterizar o perfil socioeconômico das participantes, incluindo idade, escolaridade, renda familiar, inserção no mercado de trabalho, autodeclaração racial e acesso a programas sociais. A pesquisa foi

aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, conforme às diretrizes da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

A análise das transcrições foi conduzida por meio da análise de conteúdo, conforme as etapas propostas por Bardin (2011): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A organização e a codificação foram apoiadas pelo software NVivo 15. Na fase de tratamento, e para permitir o diálogo posterior com os dados orçamentários, os temas foram sistematizados segundo três critérios: (i) distribuição da codificação, que indica o volume relativo de material empírico associado a cada tema; (ii) valência predominante (positiva e negativa); e (iii) recorte territorial (urbano e rural). Essa classificação permite sintetizar tendências interpretativas presentes nas discussões e visualizar contrastes entre temas, valências e territórios.

3.4 Coleta e análise de dados orçamentários

A análise orçamentária foi realizada de forma descritiva, com base em dados de execução da CFEM e de arrecadação municipal. Os dados sobre receitas e despesas executadas (2022-2025) com recursos da CFEM foram coletados no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Parauapebas. As despesas foram apresentadas por função orçamentária, permitindo identificar a distribuição dos recursos entre diferentes áreas de atuação no município. Também foi sistematizada a série histórica da CFEM distribuída a Parauapebas entre 2004 e 2025, a partir dos dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), com o objetivo de contextualizar a trajetória da renda mineral no território.

Para a análise, foram calculados cinco indicadores principais: participação da CFEM na receita corrente municipal; gasto per capita da CFEM por função orçamentária, com base na população censitária e estimada pelo IBGE em cada ano; média do gasto; participação de cada função no total acumulado da CFEM executada; e variação percentual do gasto per capita no período. Esses indicadores foram utilizados para examinar padrões de alocação orçamentária e relacioná-los aos temas identificados nos grupos focais.

4. RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados da pesquisa em duas etapas. A primeira reúne o perfil das participantes e os achados dos grupos focais, destacando como estas o acesso a serviços e infraestruturas públicas em Parauapebas. A segunda examina a execução orçamentária da CFEM no município, com o objetivo de identificar padrões de alocação da renda mineral e colocá-los em diálogo com as percepções das participantes.

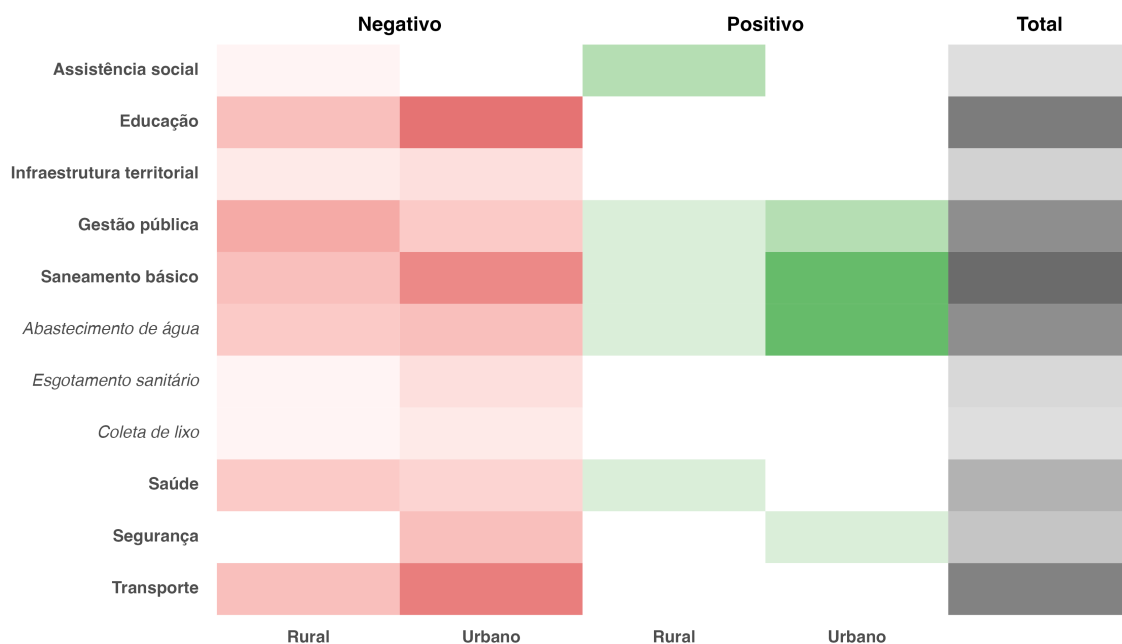
4.1 Resultados dos grupos focais: percepções sobre serviços e infraestruturas públicas

Participaram da pesquisa 21 mulheres, sendo 13 residentes na zona rural e 8 na zona urbana. O grupo foi composto majoritariamente por mulheres negras, correspondendo a 20 das 21 participantes. Observou-se baixa inserção no mercado de trabalho formal, pois 16 participantes não possuíam vínculo formal no momento da pesquisa. Além disso, 14 estavam

inscritas no Cadastro Único, indicando vulnerabilidade socioeconômica. A idade média foi de 42,7 anos, mais elevada entre as mulheres rurais (45,6 anos) do que entre as urbanas (38 anos). Esse perfil situa o lugar social a partir do qual as percepções foram produzidas. Os relatos emergem de mulheres majoritariamente negras, de baixa renda e com inserção precária no mercado de trabalho, portanto particularmente dependentes da provisão regular de serviços públicos e expostas aos efeitos desiguais da dinâmica mineral.

Para facilitar a visualização dos achados, a Figura 1 reúne as percepções positivas e negativas sobre os serviços e infraestruturas públicas. O gradiente de cor indica a frequência de codificação referente aos temas.

Figura 1 – Distribuição das percepções positivas e negativas sobre serviço e infraestrutura pública



Fonte: Elaboração própria. Julho de 2025.

Como pode ser observado na Figura 1, a análise dos grupos focais permitiu identificar oito temas principais relacionados à provisão de serviços e infraestruturas públicas: saneamento básico, educação, transporte público, gestão pública, saúde, segurança pública, crescimento urbano e infraestrutura, e assistência social. Em geral, predominam percepções negativas (colunas vermelha), embora as participantes também reconheçam melhorias pontuais em determinados serviços e territórios (colunas verde). A coluna total indica que os temas mais recorrentes foram saneamento básico, educação, transporte público, gestão pública e saúde, indicando preocupações concentradas em dimensões diretamente relacionadas à reprodução cotidiana da vida, ao cuidado familiar, à mobilidade e ao acesso a direitos básicos.

O saneamento básico foi o tema mais abordado, com destaque para o acesso à água, mas também incluindo menções à falta de esgotamento sanitário e à irregularidade da coleta de lixo. Na zona rural, os relatos enfatizam o uso de água não tratada, longos períodos de desabastecimento e necessidade de compra de galões, mesmo em contextos de baixa renda. Na zona urbana, as participantes apontam distribuição desigual entre bairros, abastecimento intermitente e qualidade insatisfatória da água. Embora algumas reconheçam melhorias recentes em áreas específicas, essas mudanças são percebidas como insuficientes diante de problemas estruturais. Como sintetiza uma participante urbana: “pra mim, melhorou. Mas [...] no município em geral ainda deixa a desejar sobre a água”.

Educação e transporte público também apareceram de forma recorrente como dimensões centrais da precariedade cotidiana. Na educação, as participantes relataram falta de vagas, ausência de professores, insuficiência de creches, problemas de infraestrutura e baixa qualidade do ensino. Na zona rural, destacaram situações mais graves, como escolas funcionando com professores voluntários e ausência de transporte escolar adequado. O transporte público, por sua vez, foi descrito como insuficiente, caro, superlotado e pouco confiável. Na zona urbana, as críticas recaem sobre baixa frequência das vans e demora nos deslocamentos; na zona rural, sobre longas distâncias, custos elevados e condições degradantes. Esses problemas tem restringido o acesso à escola, ao trabalho, à saúde e a outros serviços essenciais.

A saúde foi fortemente associada a percepções negativas. Na zona rural, as participantes relataram falta de atendimento, número insuficiente de profissionais, ausência de ambulâncias e interrupções no serviço, incluindo agravamento de problemas de saúde, perda de familiares e aborto precoce. Na zona urbana, as críticas concentraram-se na insuficiência da infraestrutura diante da demanda crescente. Em ambos os contextos, a saúde pública aparece como incapaz de responder adequadamente às necessidades da população, reforçando a percepção de descompasso entre riqueza municipal e qualidade dos serviços. Como afirmou uma participante rural, “o povo olha o Parauapebas como um lugar rico, mas que é pobre em muitos lados, como a saúde pública”. Além disso, os relatos indicam que o acesso à saúde também é atravessado por desigualdades interseccionais, como sintetizou uma participante: “quando você é mulher, mulher negra, LGBT, é mais fechado ainda as portas [...] na assistência médica”.

A gestão pública apareceu como dimensão transversal às críticas. As participantes associam problemas de saúde, educação, transporte e saneamento não apenas à insuficiência de infraestrutura, mas também à forma como os recursos são administrados. De modo recorrente, emerge a percepção de que a elevada arrecadação associada à mineração não retorna à população em forma de melhorias concretas. Essa avaliação aparece na afirmação de que “o dinheiro deve estar voando junto com a poeira do minério”.

Por fim, segurança pública, crescimento urbano e assistência social apareceram com menor frequência, mas ampliam a compreensão das condições de vida. As participantes relataram medo de circular em determinados horários e locais, insuficiência de policiamento, fragilidades no atendimento a mulheres em situação de violência e problemas de iluminação pública. Também associaram o crescimento acelerado e desordenado da cidade à pressão sobre serviços e infraestrutura, com menções a alagamentos, precariedade das vias, ocupações e obras

incompletas. A assistência social foi reconhecida como importante em situações de vulnerabilidade, especialmente nos casos de violência de gênero, mas ainda insuficiente diante da complexidade das demandas.

Em conjunto, os relatos indicam que as participantes não percebem a precariedade dos serviços como resultado de falhas isoladas. Ao contrário, associam as dificuldades a um processo mais amplo de crescimento populacional vinculado à mineração, que ampliou a demanda por água, transporte, escolas, saúde, segurança e infraestrutura sem que a provisão pública acompanhasse esse ritmo.

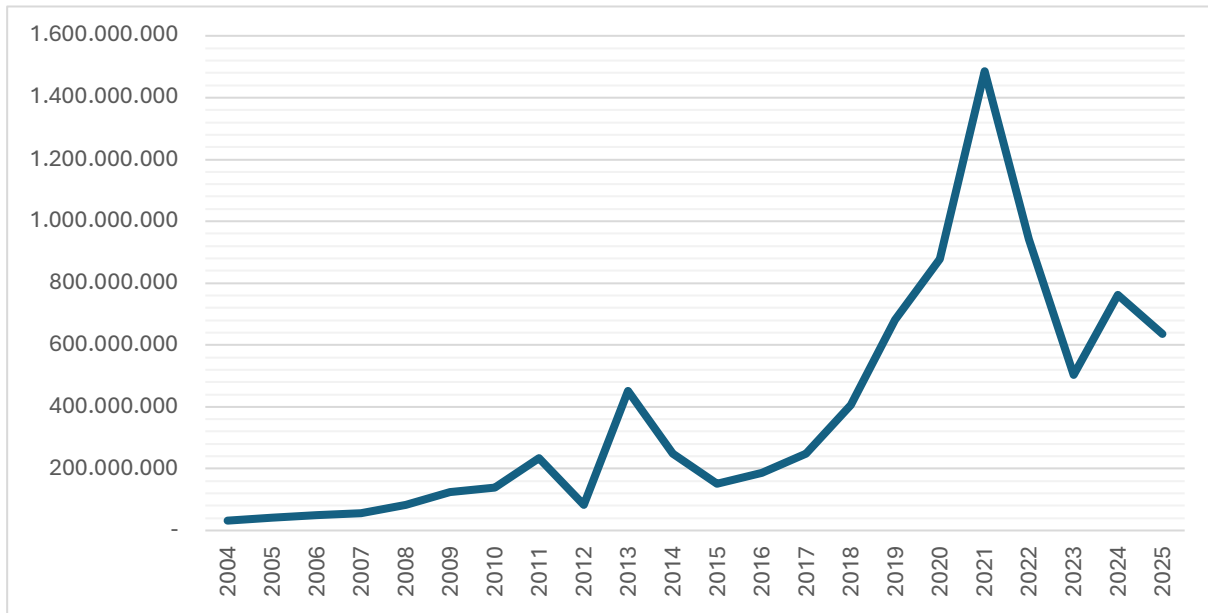
4.2 Execução orçamentária da CFEM em Parauapebas

Os resultados dos grupos focais indicam que parte significativa das demandas está relacionada ao acesso regular a serviços públicos, especialmente saneamento, transporte, saúde e educação. Em Parauapebas, essas demandas assumem relevância porque a atividade mineral reorganiza a dinâmica econômica e territorial e amplia a capacidade fiscal local por meio da CFEM, que é regulamentada pela Lei Nº 13.540/2017. Por isso, esta seção examina como estes recursos foram executados no orçamento municipal, permitindo explorar em que medida a renda mineral foi direcionada a áreas relacionadas às demandas sociais identificadas. A intenção não é avaliar a qualidade individual de cada despesa nem estabelecer relação causal entre gasto e percepção, mas identificar padrões gerais de alocação capazes de dialogar com os temas emergentes da pesquisa qualitativa.

4.2.1 CFEM e capacidade fiscal

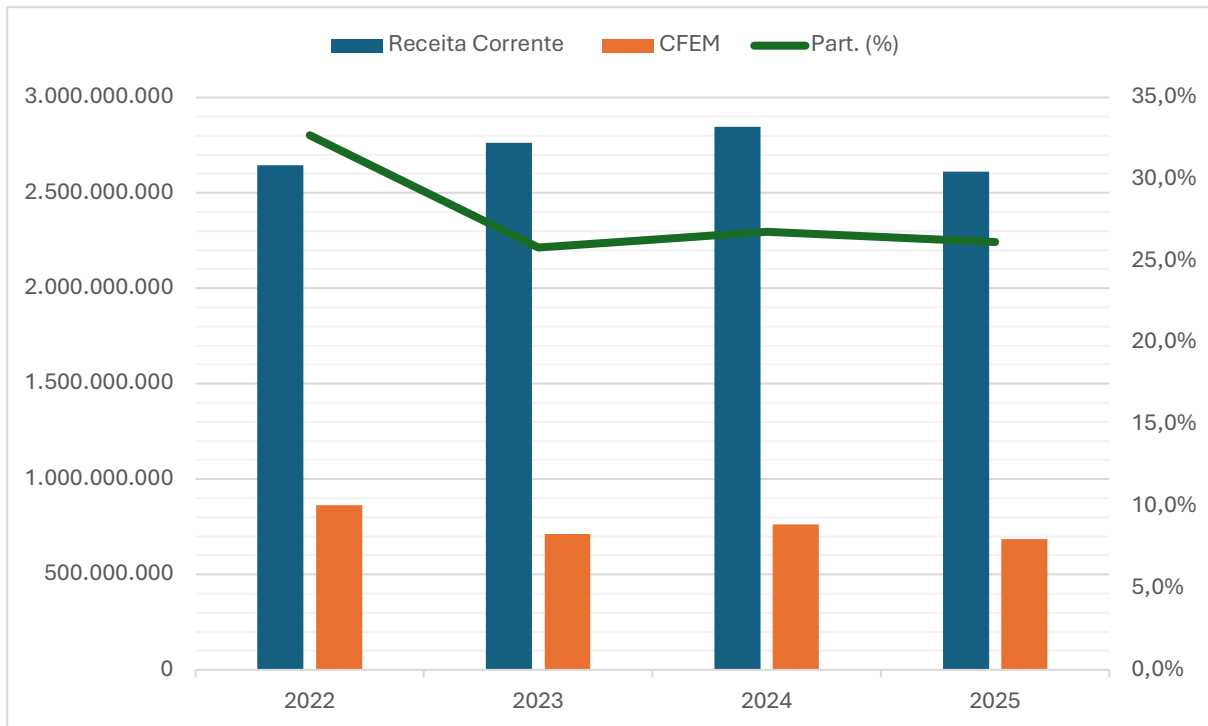
Antes de examinar a distribuição da CFEM por função, é importante situar sua trajetória recente em Parauapebas. O Gráfico 1 mostra que a receita distribuída ao município cresceu substancialmente ao longo das últimas duas décadas, ainda que de forma oscilante. Após valores inferiores a R\$ 100 milhões em boa parte dos anos 2000, a CFEM passou a registrar montantes mais elevados a partir da segunda metade da década de 2010, alcançando pico em 2021 (R\$ 1,4 bilhões). Mesmo com oscilações posteriores, os valores permaneceram em patamar elevado, evidenciando a centralidade da renda mineral na estrutura fiscal municipal.

Gráfico 1 - Evolução da CFEM distribuída a Parauapebas (2004-2025)



Fonte: Elaboração própria com base na ANM (2025). Nota: Valores nominais.

Gráfico 2 – Receita municipal em Parauapebas (2022-2025)



Fonte: Elaboração própria com base no portal da transparência de Parauapebas (2025). Nota: Valores nominais.

Essa centralidade também aparece quando a CFEM é comparada à receita corrente municipal. O Gráfico 2 mostra que a CFEM constituiu fonte importante de receita ao longo do período analisado. Em termos absolutos, a arrecadação oscilou entre R\$ 864,5 milhões, em

2022 e R\$ 683,7 milhões, em 2025. Em relação à receita corrente, representou entre 25,8% e 32,7% do total, permanecendo acima de um quarto da receita em todos os anos, confirmando seu peso na capacidade fiscal local.

4.2.2 Distribuição da CFEM por função orçamentária e sua relação com as percepções das participantes

As despesas gerais da prefeitura de Parauapebas tiveram uma média anual de R\$13,7 bilhões entre 2022 e 2025, sendo que, 62% desses gastos foram financiados com a fonte CFEM. A Tabela 1 apresenta o gasto per capita da CFEM por função orçamentária entre 2022 e 2025, a média do período, a participação de cada função no total acumulado e a variação do gasto ao longo do período. Essa forma de apresentação permite identificar áreas que concentraram maior volume relativo de recursos e aquelas que ganharam ou perderam capacidade de gasto.

Tabela 1 – Gasto per capita da CFEM por função orçamentária, participação acumulada e variação, Parauapebas, 2022-2025

Função	Gasto per capita (R\$)					Média (R\$) 2022-2025	Part. no total acumulado
	2022	2023	2024	2025	Varição 2022-2025		
Administração	586	464	357	152	-74%	390	14%
Agricultura	87	78	94	9	-90%	67	2%
Assistência Social	107	75	59	48	-55%	72	3%
Educação	383	321	192	189	-51%	271	9%
Habitação	307	177	125	11	-96%	155	5%
Saneamento	388	305	81	195	-50%	242	8%
Saúde	467	442	326	435	-7%	418	15%
Segurança Pública	278	150	125	52	-81%	151	5%
Transporte	617	409	526	492	-20%	511	18%
Urbanismo	720	448	258	271	-62%	424	15%
Outras	300	192	139	72	-76%	175	6%
Total	4.241	3.060	2.281	1.925	-55%	2876	100%

Fonte: elaboração própria com base no portal da transparência da prefeitura de Parauapebas.

Os dados indicam queda substancial do gasto per capita total da CFEM, que passou de R\$ 4.241 em 2022 para R\$ 1.925 em 2025, uma redução de 55%. Embora a CFEM tenha permanecido como fonte fiscal relevante, essa queda indica redução da disponibilidade relativa da renda mineral per capita entre 2022 e 2025. Parte dessa variação reflete tanto o crescimento populacional quanto as oscilações na arrecadação mineral.

Quando observada a distribuição por função, transporte apresentou a maior participação acumulada da CFEM executada no período, com 18% do total, seguido por saúde e urbanismo, ambos com 15%, e administração, com 14%. Esse padrão indica que parte expressiva da renda mineral foi direcionada a áreas que, em princípio, dialogam com demandas mencionadas pelas participantes, especialmente mobilidade, saúde e infraestrutura urbana. Porém, a presença dessas funções entre as maiores participações não significa, necessariamente, que os serviços tenham sido percebidos como suficientes, regulares ou acessíveis.

Algumas funções diretamente relacionadas às condições de vida registraram queda no gasto per capita. Educação apresentou redução de 51%, saneamento de 50%, assistência social de 55% e segurança pública de 81%. A saúde (-7%), entre os principais serviços analisados, foi a única que apresentou a menor variação negativa, mas continuou associada nos grupos focais a relatos de atendimento insuficiente, carência de profissionais e infraestrutura inadequada.

O transporte é particularmente relevante para a leitura integrada dos resultados. Embora tenha concentrado a maior participação acumulada da CFEM, apareceu nos grupos focais como um dos serviços mais criticados, tanto na zona urbana quanto na rural. Esse contraste sugere descompasso entre volume de recursos executados e experiência cotidiana das usuárias. Algo semelhante ocorre com saúde e urbanismo: mesmo com participação expressiva, os relatos indicam insuficiências na provisão desses serviços e infraestruturas.

Por outro lado, saneamento e educação, temas centrais nas percepções das participantes, apresentaram reduções significativas no gasto per capita. No saneamento, a queda contrasta com a centralidade das falas sobre acesso irregular à água, qualidade insatisfatória do abastecimento, ausência de esgotamento sanitário e problemas na coleta de lixo. Na educação, a redução ocorre em contexto de relatos sobre falta de vagas, insuficiência de creches, ausência de professores e problemas de infraestrutura escolar.

De modo geral, os resultados sugerem que, embora a CFEM continue representando importante fonte de capacidade fiscal e algumas funções concentrem valores expressivos, houve redução da disponibilidade per capita, inclusive em áreas relacionadas às demandas relatadas. Configura-se, assim, um cenário em que abundância fiscal coexiste com percepção de insuficiência e irregularidade dos serviços.

5. DISCUSSÃO

Ao colocar em diálogo a execução orçamentária da CFEM e as percepções das participantes, os resultados sugerem um descompasso entre a capacidade fiscal gerada pela mineração e a efetividade percebida dos serviços públicos, descompasso que é experienciado de forma particularmente intensa por mulheres negras e de baixa renda, revelando as desigualdades interseccionais que marcam o município. Esse achado dialoga com a literatura sobre neoextrativismo ao mostrar que a renda mineral, embora amplie a arrecadação pública, não implica necessariamente em melhores condições de vida (Burchardt; Dietz, 2014; Svampa, 2019). A partir da lente interseccional, o caso evidencia ainda que esses limites são vividos de forma desigual por mulheres negras e de baixa renda, cujas experiências são atravessadas por gênero, raça e classe (Collins; Bilge, 2021). No caso analisado, essa contradição aparece de

forma nítida porque as participantes descrevem um território reconhecido como rico em termos fiscais, mas marcado por insuficiência de serviços públicos, precariedade da infraestrutura e dificuldades persistentes de acesso a direitos básicos.

A análise orçamentária reforça essa interpretação ao evidenciar dois movimentos complementares. Primeiro, embora a CFEM tenha permanecido relevante no orçamento municipal, o gasto per capita total da compensação caiu 55% entre 2022 e 2025, indicando crescimento populacional e redução da disponibilidade relativa da renda mineral por habitante em um contexto de demanda crescente por serviços. Segundo, essa redução atingiu áreas centrais para a reprodução cotidiana da vida, como educação e saneamento, que registraram quedas expressivas no gasto per capita e também apareceram de forma recorrente nas percepções negativas das participantes. Assim, os dados sugerem que a abundância fiscal associada à mineração é instável e não garante, por si só, capacidade contínua de provisão pública efetiva sem planejamento efetivo.

Além disso, mesmo nas funções que concentraram maior volume de CFEM, a execução orçamentária não se traduziu necessariamente em efetividade percebida dos serviços. O transporte é ilustrativo desse descompasso: apesar de ter concentrado a maior participação acumulada da compensação, foi descrito pelas participantes como caro, insuficiente, superlotado e incapaz de atender adequadamente os deslocamentos urbanos e rurais. Esse cenário dialoga com o trabalho do Banco Mundial (2022), que aponta que sistemas de mobilidade pensados como “neutros” podem excluir mulheres negras e pobres, restringindo seu acesso ao trabalho e a serviços essenciais. Assim, o caso do transporte evidencia que o problema não reside apenas no volume de recursos alocados, mas na forma como esses recursos são convertidos em serviços acessíveis e adequados às necessidades da população.

Em diálogo com a literatura sobre interseccionalidade, mobilidade urbana e contextos minerados, a baixa efetividade dos serviços assume contornos interseccionais porque suas consequências não são vividas de forma homogênea (Collins; Bilge, 2021; Banco Mundial, 2022; Puente, 2025). A insuficiência do transporte público, por exemplo, não apenas dificulta o deslocamento das participantes, mas amplia a exposição à violência em trajetos noturnos, reduz a capacidade de acessar serviços de saúde em horários compatíveis com a jornada de cuidados e dificulta o acesso e a permanência em postos de trabalho, reforçando a pobreza estrutural que afeta sobretudo mulheres negras.

De modo semelhante, a falta de creches e de vagas em escolas, somada à precariedade do saneamento, especialmente do abastecimento de água, recai desproporcionalmente sobre as responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado, reforçando a divisão sexual do trabalho que a literatura sobre gênero e mineração já identificou em outros contextos extrativos (Jenkins, 2014; Pineda G; Moncada, 2018). A fala de uma participante afirmando que “quando você é mulher, mulher negra, LGBT, é mais fechado ainda as portas [...] na assistência médica” expõe a simultaneidade dessas exclusões. Nesse sentido, a baixa efetividade dos serviços não constitui apenas uma falha administrativa; opera como mecanismo de reprodução e aprofundamento de desigualdades interseccionais no território, reconhecidas e nomeadas pelas próprias participantes.

Nesse sentido, a CFEM aparece como uma mediação fiscal importante, mas insuficiente para enfrentar as desigualdades produzidas ou intensificadas pela dinâmica mineral. Se a atividade mineral impulsiona o crescimento populacional e, com ele, a demanda por serviços, a renda mineral deveria funcionar como contrapartida para reduzir essas pressões, ainda que a responsabilidade primária não recaia apenas sobre a gestão local, mas também sobre a empresa mineradora que gera tais transformações. Os dados, no entanto, mostram que, mesmo em um dos municípios mais ricos em CFEM do país, os gastos não foram percebidos como respostas suficientes às carências das mulheres de baixa renda. Esse achado reforça a necessidade de análises mais detalhadas sobre a distribuição territorial dos investimentos, os critérios de priorização, a qualidade do gasto e a articulação entre poder público, empresas mineradoras e sociedade civil na provisão de bens públicos.

Em síntese, ao articular dados orçamentários e percepções interseccionais, este artigo evidencia que os limites do neoextrativismo como modelo de desenvolvimento não residem apenas na magnitude da arrecadação ou no volume de recursos disponíveis, mas também na incapacidade de transformar a riqueza mineral em serviços públicos regulares, acessíveis e socialmente justos. Para a literatura, os achados apontam a necessidade de integrar análises orçamentárias desagregadas às investigações interseccionais sobre territórios minerados. Para a gestão pública, indicam que monitorar a execução orçamentária por função é insuficiente: é preciso avaliar a distribuição espacial e a efetividade percebida dos investimentos, sobretudo para os grupos mais vulnerabilizados pelo próprio modelo extrativo.

6. CONCLUSÃO

O presente artigo buscou contribuir para a literatura ao evidenciar que o desafio do desenvolvimento em territórios minerados não reside apenas na magnitude da arrecadação mineral, mas na capacidade de converter esses recursos em serviços públicos regulares e acessíveis. Além disso, evidencia que esse descompasso entre capacidade fiscal e provisão efetiva é vivido de forma desigual por mulheres negras e de baixa renda, revelando como o neoextrativismo perpetua desigualdades interseccionais de gênero, raça e classe nos territórios onde opera. Ao articular análise orçamentária descritiva e percepções qualitativas, o artigo integra duas dimensões frequentemente tratadas de forma separada na literatura sobre mineração e desenvolvimento: a capacidade fiscal do Estado e a experiência cotidiana da população vulnerabilizada. O caso de Parauapebas, por sua centralidade na mineração nacional e pela escassez de estudos que articulem interseccionalidade e neoextrativismo na Amazônia brasileira, oferece uma entrada analítica original para investigar como riqueza mineral pode coexistir com desigualdades históricas.

Contudo, esta pesquisa apresenta quatro limitações: (i) Trata-se de caso único, o que restringe a generalização dos achados; (ii) o número de grupos focais foi reduzido, embora suficiente para identificar recorrências temáticas consistentes; (iii) a análise orçamentária concentrou-se na execução por função, cabendo pesquisas futuras em nível de programas, projetos e distribuição espacial dos investimentos (iv) Embora a pesquisa tenha incluído mulheres de zonas urbana e rural, a comparação sistemática entre esses contextos não foi desenvolvida no escopo deste artigo.

Ademais, os achados também sugerem que a relação entre mineração e condições de vida pode ser ampliada em pesquisas futuras ao considerar, de forma mais sistemática, o papel das empresas mineradoras na resposta aos efeitos sociais gerados por sua atuação. Em termos de implicações, os resultados sugerem que é preciso que a gestão pública e os mecanismos de controle social avaliem a distribuição espacial do gasto, sua articulação com políticas de cuidado e sua capacidade de alcançar os grupos mais vulnerabilizados pelo modelo extrativo. Em contexto de transição energética e crescente pressão por minerais críticos na Amazônia, compreender os limites da CFEM como instrumento de desenvolvimento territorial é essencial para que a riqueza mineral deixe de ser percebida apenas como “poeira que voa”.

Referências

AB’SÁBER, A. N. **Amazônia: do discurso à práxis**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2004. v. 1

AKGEMCI, E. An Ecofeminist Contribution to the Debates on the Neoextractivist Development Model in Latin America. **Uluslararası İlişkiler Dergisi**, v. 21, n. 82, p. 135–152, 12 jun. 2024.

ANM. **Observatório da CFEM. Agência Nacional de Mineração** Brasília, 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/consultar-dados-sobre-cfem-observatorio-da-cfem>>. Acesso em: 7 mar. 2026

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOUDEWIJN, I. A. M. *et al.* Afro-Ecuadorian Women, Territory and Natural Resource Extraction in Esmeraldas, Ecuador. **Progress in Development Studies**, v. 24, n. 4, p. 321–339, 1 out. 2024.

BRITO, M. F. S. DE. **Mulheres e Mineração no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase, 2017.

BURCHARDT, H. J.; DIETZ, K. (Neo-)extractivism - a new challenge for development theory from Latin America. **Third World Quarterly**, v. 35, n. 3, p. 468–486, 1 mar. 2014.

BURCHARDT, H. J.; DIETZ, K.; WARNECKE-BERGER, H. Dependency, Rent, and the Failure of Neo-Extractivism. **International Political Economy Series**, p. 207–229, 2021.

CEPAL. **Panorama de los Recursos Naturales en América Latina y el Caribe, 2023**. Santiago: CEPAL, 2024.

CEPAL. **Panorama Fiscal de América Latina y el Caribe, 2025: impulsar la inversión para el crecimiento y el desarrollo sostenible**. Santiago: CEPAL, 2025.

CIELO, C.; COBA, L. Extractivism, Gender, and Disease: An Intersectional Approach to Inequalities. **Ethics & International Affairs**, v. 32, n. 2, p. 169–178, 2018.

COELHO, T. P. Minério-dependência em Brumadinho e Mariana. **Lutas Sociais**, v. 22, n. 41, p. 252–267, 2 jan. 2018.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COMEX STAT. **Exportações Gerais. Ministério da Economia**. Brasília: Ministério da Economia, 2024. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>. Acesso em: 11 abr. 2024

DEHGHANI, H. *et al.* A Mimic Model Approach for Impact Assessment of Mining Activities on Sustainable Development Indicators. **Sustainability**, v. 15, n. 3, p. 11–15, 2023.

DIBATTISTA, I. *et al.* Socio-environmental impact of mining activities in Guinea: The case of bauxite extraction in the region of Boké. **Journal of Cleaner Production**, v. 387, p. 135720, fev. 2023.

ENRÍQUEZ, M. A. *et al.* **Contradições do Desenvolvimento e o Uso da Cfm em Canaã dos Carajás (PA)**. Rio de Janeiro: [s.n.]. Disponível em: <www.ibase.br>. Acesso em: 12 maio. 2026.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. 1. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

GUDYNAS, E. DIEZ TESIS URGENTES SOBRE EL NUEVO EXTRACTIVISMO Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. Em: SCHULDT, J. *et al.* (Eds.). **EXTRACTIVISMO, POLÍTICA Y SOCIEDAD**. Quito: Centro Andino de Acción Popular –CAAP e Centro Latinoamericano de Ecología Social –CLAES-, 2009. p. 187–225.

GUDYNAS, E. Estado compensador e novos extrativismos. As ambivalências do progressismo sul-americano. **Nueva Sociedad**, n. 237, p. 58–75, 2012.

HUAMANGA-CHUMBES, N. Canon y regalías mineras en gobiernos locales. Gestión, eficiencia y desafíos en la inversión pública. **Investigación Valdizana**, v. 19, n. 3, p. 1–10, 30 set. 2025.

IBACACHE-CORANTE, A. Mujeres como territorio de despojo: extractivismo, femicidios y violencia de género en el norte de Chile. **Desde el Sur**, v. 16, n. 1, p. 1–21, 31 jan. 2024.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html>>. Acesso em: 8 mar. 2026.

JENKINS, K. Women, mining and development: An emerging research agenda. **The Extractive Industries and Society**, v. 1, n. 2, p. 329–339, 1 nov. 2014.

JENKINS, K. Women anti-mining activists' narratives of everyday resistance in the Andes: staying put and carrying on in Peru and Ecuador. **Gender, Place & Culture**, v. 24, n. 10, p. 1441–1459, 3 out. 2017.

MILANEZ, B. **CRISE CLIMÁTICA, EXTRAÇÃO DE MINERAIS CRÍTICOS E SEUS EFEITOS PARA O BRASIL**. [s.l.] Cadernos Dialogo dos Povos, 2021.

MONTEIRO, M. DE A. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 53, p. 187–207, abr. 2005.

MUÑOZ, E. E.; VILLARREAL, M. DEL C. Women's Struggles Against Extractivism in Latin America and the Caribbean. **Contexto Internacional**, v. 41, n. 2, p. 303–325, 29 jul. 2019.

OLIVEIRA, A. L. A.; SILVA, D. Neoextrativismo, Mineração e Gênero: Uma Análise das Condições de Vida das Mulheres em Territórios Mineradores na Amazônia. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 21, n. 2, 3 jun. 2025a.

OLIVEIRA, A. L. A.; SILVA, D. N. Desenvolvimento e vulnerabilidade social em municípios mineradores: uma análise para o estado do Pará – Brasil. **Desenvolvimento em Questão**, v. 23, n. 63, p. e17035–e17035, 22 out. 2025b.

ORIHUELA, J. C.; GAMARRA, V. **¿Brechas de género en la generación de empleo? Impactos socioeconómicos de la minería en Arequipa**. Lima: Consorcio de Investigación Económica y Social, 2019.

PARAUAPEBAS. **Portal da Transparência da Prefeitura de Parauapebas**. Disponível em: <<https://www.governotransparente.com.br/45079490?clean=false>>. Acesso em: 12 maio. 2026.

PINEDA G, E.; MONCADA, A. Violencias y resistencias de las mujeres racializadas en los contextos extractivistas mineros de América Latina. **OLAC**, n. 2, p. 2–16, 2018.

PUENTE, M. T. Q. Right to the City in Mining Contexts: The Struggle of Women in La Rinconada. **Ensayo: Revista de arquitectura, urbanismo y territorio**, n. 6, p. 77–95, 24 jul. 2025.

SILVA, D. N.; MENDES, E. C.; SOUSA, R. L. Saneamento básico e pobreza na Amazônia: um diagnóstico para a região de Carajás. **Novos Cadernos NAEA**, v. 25, n. 4, 29 dez. 2022.

SVAMPA, M. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina. Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias**. 1. ed. Alemania: Centro Maria Sibylla Merian de Estudios Latinoamericanos Avanzados en Humanidades y Ciencias Sociales (CALAS), 2019. v. 1

SVAMPA, M. N. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 244, p. 30–46, abr. 2013.

TELLES, L. *et al.* Gênero, neoextrativismo e agroecologia: Perspectivas feministas sobre os conflitos ambientais: Gender, neoextractivism and agroecology: Feminist perspectives on environmental conflicts. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 6, n. 1, 27 jun. 2024.

TRINDADE, J. R. B.; OLIVEIRA, W. P. DE; BORGES, G. T. D. N. O CICLO MINERAL E A URGÊNCIA DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: o caso do município de Parauapebas no sudeste do Estado do Pará. **Revista de Políticas Públicas**, v. 18, n. 2, p. 603, 3 fev. 2015.

VARGAS, A. B.; OSORNO, M. M. P. Desplazados legales o ilegales: una mirada desde los procesos extractivos en Colombia y contexto general de algunos países latinoamericanos. **Anuario Latinoamericano – Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales**, v. 3, n. 0, p. 241, 29 nov. 2016.

VELTMAYER, H. Extractivism and beyond: Latin America debates. **The Extractive Industries and Society**, v. 11, p. 101132, 1 set. 2022.

WEINHOLD, D.; KILLICK, E.; REIS, E. J. Soybeans, Poverty and Inequality in the Brazilian Amazon. **World Development**, v. 52, p. 132–143, 1 dez. 2013.

WORLD BANK. **Transporte para todas: Gênero e Raça na Mobilidade Urbana - Resumo Executivo (Portuguese)**. Washington, D.C: World Bank Group, 2022.